

Rio Claro - SP, 18 de julho de 2025.

Aos acionistas da

VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A

Senhores Acionistas,

A Administração da **VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2024.

Atenciosamente,

VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A

Diretor Presidente

Valério Valdrighi



VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Balanco Patrimonial dos exercicios findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.369.868	4.584.561
Títulos a receber	6	67.742.863	38.145.151
Outros Créditos			1.235.912
Impostos a recuperar		2.107	2.107
Total do Ativo Circulante		72.114.838	43.967.731
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	61.755	
Despesas antecipadas		380	
Total do Ativo Não Circulante		62.135	-
Total do Ativo		72.176.973	43.967.731
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Obrigações com fornecedores		635	234
Obrigações Tributárias		526.559	212.095
Obrigações Sociais e trabalhistas		6.295	
Obrigações Estatutárias	8	5.583.762	2.220.297
Outras obrigações	9	2.663.150	153.656
Total do passivo Circulante		8.780.401	2.586.282
Passivo Não Circulante			
Títulos e Valores Mobiliários	10	60.729.455	39.516.081
Receita de Exercícios Futuros		2.307.117	1.505.368
Total do Passivo Não Circulante		63.036.572	41.021.449
Patrimônio líquido			
Capital social	11	300.000	300.000
Reserva Legal		60.000	60.000
Total do patrimônio líquido		360.000	360.000
Total do Passivo		72.176.973	43.967.731



VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receitas operacionais			
Receita de Securitização		15.436.562	11.456.057
Receita de prestação de serviços		2.254.380	309.261
(-) Deduções da receita		(1.034.453)	(634.312)
(-) Despesas de captação		(5.798.413)	(5.262.582)
Receita operacional líquida		<u>10.858.076</u>	<u>5.868.424</u>
Lucro bruto		<u>10.858.076</u>	<u>5.868.424</u>
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(2.923.728)	(3.849.972)
Total das despesas operacionais		<u>(2.923.728)</u>	<u>(3.849.972)</u>
Lucro antes do Resultado Financeiro	12	<u>7.934.348</u>	<u>2.018.452</u>
Despesas financeiras		(2.453.884)	(150.447)
Receitas financeiras		2.131.238	1.543.247
Resultado financeiro líquido	13	<u>(322.646)</u>	<u>1.392.800</u>
Resultado Operacional líquido		<u>7.611.702</u>	<u>3.411.252</u>
Outras Receitas Não Operacionais		46.809	
		<u>46.809</u>	<u>-</u>
Resultado antes das provisões		<u>7.658.511</u>	<u>3.411.252</u>
(-) Provisão para imposto de renda		(1.890.628)	(828.813)
(-) Provisão para contribuição social		(689.266)	(307.012)
Resultado líquido do período		<u>5.078.617</u>	<u>2.275.427</u>



VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	300.000	4.870	81.497	386.367
Resultado do período			2.275.427	2.275.427
Dividendos provisionados a pagar			(2.220.297)	(2.220.297)
Dividendos pagos			(81.497)	(81.497)
Reserva Legal		55.130	(55.130)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	300.000	60.000	-	360.000
Resultado do período			5.078.617	5.078.617
Dividendos provisionados a pagar			(5.078.617)	(5.078.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	300.000	60.000	-	360.000



VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A
CNPJ: 42.477.415/0001-09

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	7.658.511	3.411.252
Ajustado por:		
- Remuneração de debêntures	5.798.413	5.262.582
- Depreciação	3.047	
	13.459.971	8.673.834
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Contas a receber de clientes	(29.597.712)	(29.084.171)
Outros Créditos	1.235.912	(1.235.912)
Impostos a recuperar		(2.105)
Despesas antecipadas	(380)	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com fornecedores	401	13
Obrigações Tributárias	18.645	50.311
Obrigações Sociais e trabalhistas	6.295	
Outras obrigações	2.509.494	1.307.557
Receitas de exercícios futuros	801.749	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(11.565.625)	(20.290.473)
Imposto de renda e Contribuição Social Pagos	(2.284.074)	(1.018.382)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(13.849.699)	(21.308.855)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(109.829)	
Venda de imobilizado	45.027	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(64.802)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de Debêntures	17.803.648	74.035.770
Resgate de debêntures	(2.388.688)	(48.869.076)
Distribuição de Dividendos	(1.715.152)	(81.497)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	13.699.808	25.085.197
Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes a caixa	(214.693)	3.776.342
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.584.561	808.219
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.369.868	4.584.561



**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras de
31 de dezembro de 2024.**

1) Contexto Operacional

A **VALE RIO CLARO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A**, é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 25 de junho de 2021, tem por objeto a exploração do negócio de aquisição e securitização de créditos não padronizadas, vencidas e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial e prestação de serviços que sejam passíveis de securitização, conforme política de crédito devidamente aprovada pela diretoria. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Cidade de Rio Claro, estado de São Paulo, na Avenida 29, nº 651, sala 2, bairro Cidade Jardim, CEP: 13.501-104, inscrita sob o CNPJ de nº 42.477.415/0001-09.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.



2) *Riscos*

2.1 **Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 **Risco de liquidez:**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto nem condições normais como de estresse, sem perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalente de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidez se seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3 **Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4 **Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autorregularão (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.



2.5 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2025 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2025, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8 Direito Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.



2.10 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) *Apresentação das demonstrações financeiras*

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram



apresentados os saldos do final do exercício, bem como o saldo final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

- CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
- CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
- CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
- CPC 24 – Evento subsequente
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.



4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.



4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;



4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.



4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direito creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, § 7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.



4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.



4.13 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.14 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.15 Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas



garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	20.000	80.000
Banco C/ Movimento	1.023.183	1.434.291
Aplicações Financeiras	3.326.685	3.070.270
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.369.868	4.584.561

6) Direitos Creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.



Da classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

Posição sintética de títulos a receber:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Títulos a Receber	67.742.863	38.145.151
Total de Direitos Creditórios	67.742.863	38.145.151

7) *Imobilizado*

A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	31.12.2024		31.12.2023
			Depreciação/ Amortização	Valor Contábil	Valor Contábil
Máquinas e equipamentos	10%	6.462	(538)	5.924	
Equipamentos informática e comunicação	20%	13.312	(776)	12.536	
Benfeitorias em imóveis a terceiros	20%	45.027	(1.732)	43.295	
Total do Imobilizado		64.801	(3.046)	61.755	-

8) *Obrigações Estatutárias*

As obrigações estatutárias referem-se aos dividendos decorrentes do lucro apurado em exercícios anteriores, bem como do exercício de 2024, cuja distribuição ocorrerá no exercício de 2025. A efetivação do pagamento está condicionada à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. Os valores encontram-se demonstrados da seguinte forma:



Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos a pagar	5.583.762	2.220.297
Total de Obrigações Estatutárias	5.583.762	2.220.297

9) Outras Obrigações

A conta “Outras Obrigações” é composta por valores a pagar decorrentes de compromissos assumidos com terceiros, incluindo pendências com clientes diversos, aluguel a pagar e despesas com cartão de crédito. A composição detalhada está apresentada a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pendências de Clientes a Pagar	2.659.752	153.656
Aluguel a pagar	2.831	
Cartão de crédito a pagar	567	
Total de Outras Obrigações	2.663.150	153.656

10) Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de agosto de 2021, onde foram emitidas 500.000 (quinhentas mil), sendo 400.000 (quatrocentas mil) de espécie simples e sem subordinação e 100.000 (cem mil) de espécie subordinada, sendo todas conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) perfazendo o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), realizada em 9 (nove) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5% (cinco por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 2ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 5,5% (cinco inteiros e cinco décimos por cento) capitalizados anualmente.
- As debêntures da 3ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração do IPCA + 6% (seis por cento) capitalizados anualmente.



- As debêntures da 4ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures farão jus a remuneração equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 7ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- As debêntures da 8ª série, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures jus a remuneração de 0,5 % (meio por cento) ao mês.
- As debêntures da 9ª série, composta por 100.000 (cem mil) debêntures farão jus a remuneração de 1% (um por cento) ao mês.

As debêntures da companhia estão dispostas da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures – 1ª Emissão	50.313.794	34.992.881
Juros S/ Debêntures – 1ª Emissão	10.415.661	4.523.200
Total de Títulos e Valores Mobiliários	60.729.455	39.516.081

11) Patrimônio Líquido

Capital Social: O Capital Social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente integralizado, representado por 300.000 (trezentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: A reserva legal está totalmente constituída no limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.



12) Resultado Operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais	10.858.076	5.868.424
Receita de Securitização	15.436.562	11.456.057
Receita de Serviços	2.254.380	309.261
(-) PIS	(128.844)	(86.506)
(-) COFINS	(792.889)	(532.343)
(-) ISS	(112.720)	(15.463)
(-) Despesas de Captação	(5.798.413)	(5.262.582)
Despesas operacionais	(2.923.728)	(3.849.972)
Despesas operacionais	(2.923.728)	(3.849.972)
Resultado operacional líquido	7.934.348	2.018.452

13) Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras	2.131.238	1.543.247
Juros de Aplicações Financeiras	51.730	396.621
Mora/Juros Ativos	2.075.632	1.146.626
Descontos obtidos	1.061	
Outras Receitas Financeiras	2.815	
Despesas Financeiras	(2.453.884)	(150.447)
Multas Diversas		(200)
Descontos concedidos	(2.453.691)	(146.802)
Juros de Mora	(13)	(657)
Multas s/ Tributos	(180)	(2.788)
Resultado Financeiro líquido	(322.646)	1.392.800



14) *Instrumentos Financeiros*

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada.

Direitos Creditórios a Recber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e Valores mobiliários (nota 10): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2024.

Rio Claro, 18 de julho de 2025.

Valério Valdrighi
Diretor Presidente

JOGY
TAMURA:83604758
815

Assinado de forma digital por
JOGY TAMURA:83604758815
Dados: 2025.08.28 13:30:01
-03'00'

Jogy Tamura
Contador
CRC/SP: 1SP114.903/O-0



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 2024_DF's - Vale do Rio Claro.pd

Código do Documento: 232764224

Tipo do Documento: Balanço (BL)

Nome do P7S: QCECT00232764224.pdf.p7s

Tamanho: 1.15 Mb

Data do Recebimento: 11/09/2025 17:50:05

Hash (SHA1): BC7BCAA914C4D4037308BE6924A20A25A351CDAB

Documento



Validador



Assinante: VALERIO VALDRIGHI:02105430864

Data da Assinatura: 11/09/2025 18:28:55

Motivo da Assinatura: Diretor Presidente

Estado da Assinatura DigitalIntegridade:  VálidaICP-Brasil:  VálidaCarimbo do Tempo:  VálidoValidação de LCR:  Válida**Informações do Certificado do Assinante**

Tipo: A3

Emitido para: VALERIO VALDRIGHI:0210543086

E-mail: CAMILA@VALECRED.COM.BR

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5

Número de Série: 8883093552659912681

Válido de: 18/07/2025 15:44:31 até: 17/07/2028 15:44:31

Informações do Certificado do Carimbo do Tempo

Emitido por: ARSERPRO

Número de Serial: 60519774

Data e Hora (local): 11/09/2025 18:29:03

Data e Hora (UTC): 11/09/2025 21:29:03

Informações da Lista de Certificados Revogados (LCR)

Número da LCR: 1410A

Emissor: AC SAFEWEB RFB V5

Data de efetivação: 11/09/2025 17:19:54

Data da próxima atualização: 11/09/2025 23:19:54